

Este livro sobre morfologia da língua portuguesa veio-nos do Ceará. Compõe-se de uma *Apresentação* e mais vinte e sete capítulos, o último dos quais são as *Referências bibliográficas*. Começa com a distinção entre semantema e morfema, ocupa-se a seguir com as unidades específicas da Morfologia, estuda a flexão nominal e verbal, e a parte final dedica-a à apreciação de estrangeirismos e hibridismos, antropônimos e hipocorísticos, onímonimos, classes e funções.

Na *Apresentação*, procura o A. definir a linha que se traçou na exposição do tema, onde põe muita dose de ceticismo científico, se assim me posso expressar. Contudo só podemos louvar o seu antidogmatismo, embora à vezes o tenhamos um tanto radical, como nestas palavras: "Em vez de apresentar soluções, lançamos as dúvidas" (p. 7). É que, pensamos, as dúvidas existem porque pressupõem soluções. Como o faz a maioria dos autores brasileiros atraídos para essa parte da Gramática, declara seguir em linhas gerais a orientação de Mattoso Câmara Jr, "em virtude de sua coerência descritiva e sólida sustentação", o que já mitiga o programático ceticismo acima referido. Conquanto afirme que o conteúdo do livro "é o mesmo que se encontra em qualquer gramática", tal afirmação não pode ser tomada à letra, uma vez que o espírito crítico do autor a isso constantemente se opõe. Vejamos alguns aspectos dessa zona crítica.

Na distinção entre **vocábulo** e **palavra**, opta o A. por considerar **palavra** somente a unidade lingüística dotada de significação lexical. Assim **mar** seria uma palavra, mas **de** (significação morfemática) não o seria (v. p. 10). Descarta em nota (nº 4) a distinção "menos aceita" que faz do vocábulo a base fônica da palavra. Esta seria então, nessa perspectiva, provida de significação, quer lexical quer gramatical. Quer dizer, todo vocábulo seria também palavra, mas sob perspectiva diferente. Tomemos, para exemplo, um homônimo, digamos **manga** "fruto" e "parte do vestuário". Teríamos aqui um só vocábulo, mas duas palavras. Mas está claro que, sem a base fônica material (o vocábulo), a palavra inexistente. Esta é a minha maneira de ver.

O A., na esteira de M. C. Jr., que, aliás, acompanhava a Vendryes, continua a usar o termo "semantema" em oposição a morfema. No entanto, o termo "lexema" foi o que logrou cunho internacional e, de fato, é melhor, porque o morfema (sentido estrito) também possui significação, a gramatical.

Aproveito para louvar o A. quando, na p. 13, escreve: "As preposições **de** e **com** funcionam como elo entre duas palavras". O louvor está em que não usou o famigerado "elo de ligação", pois, se não fosse de ligação, não seria elo.

No tocante à classificação dos morfemas (cap. 2, p.12-16), vejo, de maneira geral, dois tipos de classificação: um, que denominaria norte-americano, puramente empírico, em que se arrolam diferentes tipos, sem preocupação de organicidade; outro, que chamaria europeu, onde, ao contrário, se busca organizar a classificação. Prefiro este último.

Mattoso Câmara Jr., tendeu também para o segundo, quando, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, procurou distinguir os morfemas pelo significante e pelo significado. Prefiro situá-los nos dois eixos clássicos da análise lingüística: o

paradigmático e o sintagmático. No primeiro eixo, depreendem-se as unidades da Morfologia por comutação; no segundo, são elas distribuídas na cadeia linear da fala. Os morfemas do eixo paradigmático podem ser segmentais, alternantes ou vocabulares, com os seus respectivos valores: derivacionais, flexionais ou relacionais. Do ponto de vista sintagmático, teremos afixos, infixos, prefixos, interfixos; preposições e posições, e até simplesmente posição (o morfema de posição). Quanto às vogais temáticas, são morfemas segmentais temáticos, isto é, que servem para distinguir os temas entre si. O morfema zero é um morfema segmental negativo.

Em referência à separação entre raiz e radical, concordamos com o método de segmentação do A. É, aliás, o critério recomendado por Saussure, que via na raiz um "élément irréductible et commun à tous les mots d'une même famille" (*Cours*: 1931, 225). A raiz é o elemento inicial, os demais são derivados em graus diversos.

No capítulo em que se ocupa da famosa dicotomia sincronia x diacronia, põe o A. **in fine** a seguinte advertência, que é de ponderar: "Mas convém insistir que a adoção de uma perspectiva estritamente sincrônica é difícil de ser levada às últimas conseqüências. Afinal, que instrumentos podem medir com precisão a consciência coletiva dos falantes?" (p. 31).

Na p. 37, afirma: "Seria esperável que de **ridículo** aparecesse **ridicularizar**, porém o verbo é **ridicularizar**".

Foi o A. muito longe em tal asserção. **Ridicularizar** existe, acha-se dicionarizado, e bons autores, como Rui Barbosa, não se pejaram de o empregar. Até, pelo contrário, há os que condenam **ridicularizar** em favor de **ridicularizar**, como é o caso do pranteado Rocha Lima, mestre que todos respeitamos. Em suas *Anotações a textos errados* (cito pela ed. de 1943), faz o seguinte comentário a respeito da forma RIDICULARIZAR: "É mal formada esta palavra e deve-se combater a sua intromissão na boa linguagem. O infinitivo correto é **ridicularizar**, formado de **ridículo** (ridiculø+izar; ridiculø+aria). E logo adiante: "Só seria aceitável o verbo **ridicularizar** se houvesse a palavra "ridicular" (ridicular+izar)" (p. 94-95). Na verdade, temos aqui um caso de alargamento de sufixo, estudado, como se sabe, por Yakov Malkiel, com o nome de interfixo.

Na mesma p. 37, deriva o A. de **lua**, **luar** e acrescenta: "e daí, **luarada**". Não encontrei **luarada** no Aurélio nem em outros léxicos; deve-se, pois, considerar **enluarado** como uma parassintético.

Na p. 43 classifica o A. como vogal de ligação o e do plural **floreszinhas**. Trata-se, no entanto, de um nome no plural, onde o e é vogal temática de uma forma teórica ***flore-**, na interpretação de Mattoso Câmara Jr. E, mesmo que não adotemos o esquema matosiano, teremos de partir de um plural **floreszinhas**, com alteração morfofonêmica sz → z. Esse plural aparece, p. ex., em Manuel Bernardes (séc. XVII, 2ª metade), *Nova Floresta* (v. Sousa da Silveira, *Trechos Seletos*, Introdução III). Aliás, penso, o problema da vogal de ligação ainda não se acha suficientemente deslindado.

Veja-se, p. ex., o que ensina o A. na p. 43, onde procura justificar a sua classificação como vogal de ligação do e em **floreszinhas**. Em **flores**, o e seria vogal temática por ser pré-desinencial; já em **floreszinhas** seria vogal de ligação por ser pré-sufixal. Devia-se daí inferir que a mudança de classe da vogal dependeria de vir o tema acrescido de desinência ou sufixo. Contudo na página anterior, p. ex., o a final de **casa**, em **casebre** (casa + suf. -ebre) continua VT, apenas elidida. Portanto tal distinção, além de pouco clara, complica as coisas.

A respeito de formações prefixais de radical preso (tipo **receber**, **perceber**), o A. só a aceita nos casos em que, "embora a forma primitiva inexistia, os verbos se opõem semanticamente em face da oposição significativa dos prefixos" (p. 51), o que ocorreria com o par **incluir** / **excluir**, mas não com a série **conceber**, **receber**, **perceber**. Contudo, para quem já tenha noção suficiente da existência de prefixos em português, não há dificuldade de detectá-los na série citada. E, quanto à significação do radical, há igual sutileza em percebê-la tanto em casos como o de **incluir**, como o de **receber**.

Na p. 55, apresenta o A. **va** como desinência (ou sufixo) modo-temporal do pret. impf. do ind. da 1ª conj. e **a** e **ia** como seu alomorfe na 2ª e 3ª. Reiteramos ser esta igualmente a nossa opinião.

A questão de serem desinências número-pessoais do pret. perf. do ind. cumulativas volta nas p. 60-61. Resisto em considerá-las tais. O verbo português separa as desinências número-pessoais dos sufixos (ou desinências) modo-temporais. Assim, no pret. perf. do ind. esse SMT é zero, o mesmo do pres. do ind. e do pres. do subj. Historicamente até pertencem a dois temas diferentes. Ora, morfema zero não equivale a **nada**, tem um valor distintivo enquanto se opõe a outros morfemas verbalmente realizados. Logo o caráter distintivo de pret. perf. do ind. é o dito morfema zero. Não passa a sua função para a des. NP, que, por uma concessão teórica, só acidentalmente a assume. Senão vejamos: na 1ª pess. pl. (amamos x amamos), onde está o morfema cumulativo? Na diferença de timbre (amamos x amámos), como fazem os portugueses e alguns brasileiros? E em partimos x partimos? E na 3ª pess. pl., onde se confundem pret. perf. e mais-que.perf. ind. (amaram x amaram)?

O A. se alinha entre os seus colegas que não aceitam a flexão de grau para os nomes, nos quais inclui, pois, os adjetivos. No entanto parece-me melhor admiti-la para o adjetivo, seja para o comparativo, seja para o superlativo. Isso porque, embora no português não haja flexão produtiva de comparativo (o ppte. dito, o de superioridade, como já demonstrou Otoniel Mota em *O meu idioma*), ainda conserva esse valor nas formas com a terminação em **-ór**, como **pior**, **melhor**, **menor**, **maior**, razão pela qual são plebeísmos **mais maior**, **mais melhor**, etc. Por outro lado, abre caminho para a mais fácil compreensão do mesmo fenômeno em outras línguas como as clássicas, latim e grego, ou as modernas, inglês e alemão. E, no tocante ao superlativo, não podemos negar uma flexão em **-íssimo**, da qual **-rimo** e **-limo** são variantes. Em seu ainda muito digno de consulta *Manual de Análise*, o saudoso mestre José Oiticica, entre as desinências de grau inclui somente as do adjetivo: comparativo **-or**, superlativo **-mo**. Não nos parece, portanto, que a inclusão do superlativo na flexão nominal tenha decorrido "da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para nossa gramática", como diz Mattoso Câmara Jr. (*Problemas*, 1970: 50).

Em 85-86, escreve o Prof. Lemos Monteiro, a respeito das formas nominais do verbo: "Seria também incorreto falar em desinência modo-temporal". Ora, como sabemos, essas formas infinitivas são desprovidas de determinação número-pessoal, mas não ficaram privadas de relação modo-temporal. Assim **louvar** é tempo presente (**ter louvado** é passado ou perfeito), **louvando**, idem (**tendo louvado** é forma de perfeito), **louvado** é tradicionalmente conhecido como **passado** ou **perfeito**.

Na p. 95 fala-se em "vogal de apoio". Será a mesma vogal de ligação?

Na p. 104, apresenta-se o quadro da análise mórfica dos verbos no pret. perf. do ind. A propósito dos verbos da 1ª conj., parece-me melhor adotar com VT sempre o a.

Na 1ª pess. sing. teríamos **louva+i** → ***louvai** → **louvei**, com a regra morfofonêmica **ai** → **ei**. Na 3ª pess. sg., partiríamos de **louva+u** → ***louvau** → **louvou**, com a regra morfofonêmica **au** → **ou**.

A explicação de verbos com padrões especiais, como diz Mattoso Câmara Jr., à vezes se torna complicada até inassimilável. Veja-se, p.ex., o que ocorre com o verbo **ser**. O Prof. Lemos Monteiro admite três radicais: **se-**, **e-** e **fo-** (p. 118). O rad. **se-** apresenta-nos com quatro alomorfes: **so-**, **sa-**, **s-**, **sej-**. A 2ª e 3ª pess. sg. do pres. ind. terão (**terá**, por lapso, no texto) **e-** no radical. No pres. do subj. **sej-** é um radical ampliado, para falar com Mattoso Câmara Jr. Sinceramente, as coisas ficam mais simples se explicadas diacronicamente.

Em 127 e segs., discute o A. se a prefixação é um processo formador de palavras por composição ou por derivação e opta pela derivação (p. 129). Quanto a esse ponto, prefiro ficar com Mattoso Câmara Jr., isto é, trata-se, em princípio, de composição e não de derivação: o prefixo é um lexema secundário.

Em 134, ocupa-se o A. (naturalmente para ser completo) com a chamada **derivação imprópria**. Imprópria ela é, por não pertencer o seu estudo à Morfologia e sim à Semântica.

Na p. 140, fala em "**lei** dos constituintes imediatos". Por que **lei**? Trata-se de um método de análise sintática, no qual nada vemos que justifique a sua classificação como lei.

Na p. 180 aparece o substantivo "**alegativa**", que no vejo dicionarizado nem vocabularizado; e realmente é dispensável, pois já temos "**alegação**". Terá caráter regional?

O último capítulo do livro é dedicado ao espinhoso problema da classificação de palavras e suas funções gramaticais. Critica o A. a classificação constante da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas reconhece que "se há pontos falhos na proposta da NGB, é difícil formular outra que a substitua" (p.204). Das classificações em curso, é a de Mattoso Câmara Jr. aquela de que mais se aproxima. Admite o A. duas classes fundamentais, os nomes e os verbos, opostas pelos paradigmas flexionais (p.212). Como adiante se refere aos conectivos (preposições e conjunções) podemos dizer que também não está longe daquilo de Delacroix, no seu *Le langage et la pensée*, p. 226: "Ce qui revient à dire en somme que le langage exprime la substance, l'action et la relation." Contudo, embora o A. tenha declarado serem os nomes e os verbos classes fundamentais, adiante afirma que os pronomes "se distinguem" dos nomes porque adotam um significado dêitico ou anafórico. Se **se distinguem**, então devem constituir categoria à parte. Nesse caso, recaímos na classificação de M. C. Jr. O saudoso mestre patrício separava, de um ponto de vista morfossemântico, três classes de vocábulos formais: nome, verbo e pronome. A esses acrescentava os **vocábulos conectivos**, preposições e conjunções (*Estrutura*, cap. IX). Sustenta o Prof. Lemos Monteiro que "Substantivos, adjetivos e advérbios não são classes gramaticais. São, na verdade, funções que os nomes ou pronomes exercem em contextos frasais" (p.213). É igualmente a lição de M. C. Jr. que **distingue**, do ponto de vista da função, três espécies de vocábulos: substantivo, adjetivo e advérbio. Há, pois, nomes substantivos, adjetivos e adverbiais, como há pronomes substantivos, adjetivos e adverbiais. Essa classificação me parece feliz.

O livro do Prof. Lemos Monteiro alinha-se com outros trabalhos de colegas de sua geração voltados de novo aos estudos gramaticais, após o longo estágio das investigações diacrônicas (na verdade não esgotadas), mas agora à luz das aquisições trazidas pelo movimento estruturalista, uma vez que do gerativismo chomskyano até o momento nada ou quase nada se tirou de útil para aplicações na descrição científica das línguas históricas. O que se deve, certamente ao pouco interesse devotado pelos gerativistas ao que chamaram "estruturas de superfície". No entanto são estas o objeto próprio da ciência da linguagem. As cogitações respeitantes às relações entre linguagem e estrutura profunda (que são mentais e não sintáticas) pertencem a outro domínio do saber, a Filosofia da Linguagem. Estudos, como o do Prof. Lemos Monteiro, que buscam dar base lingüística às descrições gramaticais, são um fato auspicioso nessa área de conhecimentos tão necessitada de bons e capacitados pesquisadores.

Sílvio Elia

ADENDO

A propósito da conceituação de morfema cumulativo, vou transcrever, conservando na língua original, para sua maior autenticidade, um trecho do lingüista P. H. Matthews, em seu livro *Morphology*, 1982, reimpressão da 1ª ed. de 1974:

The same distinction can be illustrated with the -o of Spanish *compro* "I buy" or *como* "I eat". This is the only "I" form in which a termination -o appears: compare, for example, the Subjunctives *compre* or *coma*, the Imperfect Indicative *compraba* or *comía*, and the Future *compraré* or *comeré*. It is therefore as much an exponent of Present and Indicative as it is of the Person properties "I". But this does not form part of a regular pattern. In general, the terminations tend to be constant for different Moods and Tenses: compare, for instance, the -mos of *compramos* "we buy", Subjunctive *compremos*, Imperfect Indicative *comprábamos* "we were buying", and so on. At the same time, Tense and Mood are regularly marked by independent features: Imperfect Indicative, for example, by the -ba of *compraba* and *comprábamos* or the -ía of *comía* or the "we" form *comíamos*. We will not, therefore, speak of -o as the cumulative exponent of the "I" properties and of Present Indicative. In these particular forms (*compro*, *como*, etc.) it is true that Mood and Tense are without additional exponents. But this is merely a special case of **overlapping exponence** – as we may reasonably call it – in relation to the paradigm as a whole. (p. 148-149)

Convém esclarecer que Matthews chama *exponent* "expoente" ao que costumamos designar como morfema gramatical ou gramema. Quanto à expressão *overlapping exponence*, talvez se possa traduzi-la como *exponência sobreposta*, ou antes, *morfema sobreposto* (lembrei "cumulação acidental").

S. E.
